

PROCESSO Nº 081/2025
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

Município de Água Santa – Rio Grande do Sul
Edital de Chamamento Público Para
Credenciamento Nº 01/2025
CASTRAÇÕES

1. PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ÁGUA SANTA, Estado do Rio Grande do Sul, estabelecido na Av. Dário Roman, nº 695, inscrito no CNPJ 92.406.495/0001-71, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, com fundamento no caput do Art. 79 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 3.310, de 08 de janeiro de 2024, torna público o **CREDENCIAMENTO PÚBLICO**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CASTRAÇÃO DE CÃES FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM E CASTRAÇÃO DE FELINOS FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM**, a contar da data especificada no subitem 1.2, quando será iniciado o recebimento dos envelopes contendo “Documentos de Habilitação”, no Setor de Licitações, conforme especificado neste Edital.

1.2. O processo de CREDENCIAMENTO inicia-se na data de 14/07/2025 e estará disponível a todos os interessados, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, cuja documentação e formulário próprio de inscrição poderão ser retirados no local e horário constante de subitem seguinte:

1.3. O local e horário para esclarecimentos e informações aos interessados acerca do presente processo licitatório é junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Água Santa/RS, situado na Av. Dário Roman, nº 695, Centro, Água Santa/RS, telefone nº (54) 3348-1080, das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min em dias considerados úteis, ou via e-mail licitacoes@aguasanta.rs.gov.br.

1.3.1 O Edital e respectivos anexos estão disponíveis no site do Município www.aguasanta.rs.gov.br.

2. OBJETO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Tipo de Licitação – **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA REALIZAÇÃO DE CASTRAÇÃO DE CÃES FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM E CASTRAÇÃO DE FELINOS FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM.**

2.1.1. O presente Edital de Credenciamento Público tem por objeto o **credenciamento de pessoas jurídicas para realização de castração de cães fêmeas e machos e microchipagem e castração de felinos fêmeas e machos e microchipagem**, com prazo para entrega de documentação de habilitação durante o período em que o edital de credenciamento estiver aberto. A vigência do contratos formalizados através do presente edital de credenciamento será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogados nos termos e limites do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Legislação Aplicável – O presente edital rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133/21 de 01 de abril de 2021 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do direito público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

2.3. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

2.3.1. A realização dos serviços será promovida por colaboradores e equipamentos da CREDENCIADA, sem que tal providência importe em quaisquer despesas previdenciárias, trabalhistas ou impostos de responsabilidades ao MUNICÍPIO.

2.3.2. Durante a vigência do credenciamento, fica assegurado aos servidores do MUNICÍPIO o livre acesso à sede da CREDENCIADA, identificada no Termo de Credenciamento e de propriedade do Credenciado, desde que seja para o fim específico ajustado no instrumento a ser celebrado.

2.3.3. É vedado ao CREDENCIADO interferir junto aos beneficiários do programa na escolha da credenciada para a execução dos serviços.

2.3.4. É vedada a cobrança diretamente do beneficiário de quaisquer valores decorrentes do credenciamento.

2.3.5. Em caso de negativa injustificada de atendimento, posteriormente a conclusão do processo administrativo, além do descredenciamento, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei 14.133/21.

2.3.6. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que observando o prazo de antecedência de 30 dias, durante o qual deverá atender a eventual demanda existente.

2.4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

2.4.1. Somente serão credenciadas pessoas jurídicas, com o objeto social compatível ao objeto ora licitado, que se comprometam atender o objeto constante no subitem 2.4.1 e devidamente especificados no Anexo “VI” do presente Edital. São requisitos básicos para a execução do serviço por parte do CREDENCIADO que a clínica veterinária disponha de estrutura mínima exigida pelo Conselho Regional e Federal de Medicina Veterinária: setor de atendimento, setor cirurgico, setor de internação e setor de sustentação.

2.4.2 As castrações serão realizadas na clínica da sede da licitante (matriz ou filiais), conforme autorização da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, mediante aviso prévio e de acordo com a necessidade do Município. Os beneficiários serão responsáveis pelo cadastro do animal junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, onde receberão autorização para que, no prazo de 15 (quinze) dias efetuem o agendamento da castração junto ao CREDENCIADO, a definir pelo beneficiário. Passados 15 (quinze) dias da data da autorização e o beneficiário não tendo realizado o agendamento junto à CREDENCIADA, a autorização perderá a validade.

OBS.: Será encaminhado para a clínica veterinária o termo de autorização e o cadastro onde o Médico Veterinário irá preencher, anexar foto do animal (colorida) e nº do microchip. No final de cada mês o Médico Veterinário deverá entregar, juntamente com a nota fiscal, os cadastros de identificação do animal e a autorização, devidamente assinados e datados.

2.4.3. Todos os serviços atendidos deverão atender as técnicas de Medicina Veterinária.

2.4.4. Todo o Material, equipamentos e pessoal, bem como custos para execução dos serviços correrão por conta da licitante (Clínica Veterinária)

2.4.5. Todos os medicamentos e anestésicos utilizados no procedimento deverão ter o registro no Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) ou Ministério da Saúde (MS) ou na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

2.4.6. Salienta-se que no serviço prestado deverá estar incluso todo o material, medicamentos e demais objetos necessários para a realização dos serviços, pré-operatório, operatório e pós-operatório. OBS: Entende-se por pós-operatório o período de 24 horas após a internação para o procedimento cirúrgico, salvo quando houver indicação clínica que impeça o retorno do animal para a casa, o que prolongará a internação, sem que disso decorra qualquer custo adicional.

2.4.7. A prestação dos serviços pela contratada fica condicionada a prévia e escrita autorização da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

2.4.8. Se a contratada não for do Município de Água Santa – RS, compete à mesma (À CONTRATADA) o custo com transporte dos animais, prévio e posterior ao ato cirúrgico, sem que disso decorra qualquer custo adicional ao Município de Água Santa – RS e ao beneficiário.

2.4.9. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente fornecerá os Microchips a serem instalados.

2.4.10. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Água Santa designa a Servidora Pública, Elis Cristina Biazus, a Médica Veterinária, Bruna Favretto de Souza ou quem vier a substituí-las para serem fiscais dos contratos e o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Valmor Cerezoli, ou quem vier a substituí-lo, para ser o gestor do Contrato.

2.4.11. Nos valores registrados estão inclusos os custos de materiais e serviços para prestação de serviços cirúrgicos de estabelecimento médico veterinário, com profissional e estabelecimento registrados no CRMV, para castração em animais de pequeno porte (cadela e gatas) com anestesia injetável e marca de identificação específica com a letra “C” na orelha dos animais sem dono.

2.5. Não poderão participar do presente Credenciamento Público:

2.5.1. Os interessados que estejam cumprindo as sanções previstas art. 156 da Lei nº. 14.133/21;

2.5.2. Pessoas físicas;

2.5.2.1. Independentemente de declaração expressa, a manifestação do interesse da Pessoa jurídica em participar do presente Credenciamento implicará na submissão às normas vigentes e todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

3. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

3.1. A documentação exigida neste edital deverá ser apresentada, na ordem sequencial prevista no item 3.3, inserida em envelope e acompanhada do Requerimento para o credenciamento, conforme modelo apresentado no Anexo I, assinado pelo titular da empresa ou seu representante legal.

3.1.1. Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por Cartório Notarial ou publicação em órgão da imprensa oficial ou cópia simples acompanhada do respectivo original para conferência e autenticação por Servidor da Prefeitura de Água Santa.

3.1.2. A autenticação da documentação só será feita mediante apresentação das vias originais que serão autenticadas.

3.1.3. No caso de documentos encaminhados retirados da internet, os mesmos somente terão validade após consulta realizada pela Comissão.

3.1.4. Os documentos que não especificarem a data de validade, não poderão ser com data de expedição anterior a 60 (sessenta) dias da data de entrega dos mesmos.

3.2. O envelope contendo a documentação poderá ser entregue através de via postal ou por terceiro, no seguinte endereço, durante o horário de expediente do Município:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA SANTA/RS
CREDENCIAMENTO Nº 01/2025
À COMISSÃO DE LICITAÇÕES,
AV. DÁRIO ROMAN, 695
CEP 99965-000**

3.3. Dos Documentos:

3.3.1. Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou no Cartório de Títulos e Documentos, onde conste, dentro dos seus objetivos, a prestação dos serviços acima indicados;

3.3.2. Carteira de Identidade e CPF dos sócios administradores e do Responsável Técnico da Empresa a ser credenciada;

- 3.3.3.** Comprovante de cadastro do CNPJ;
- 3.3.4.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão expedida pelo Município do domicílio ou sede proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- 3.3.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal referente ao Município de Água Santa, mediante apresentação de Certidão
- 3.3.6.** Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- 3.3.7.** Certidão Unificada Negativa ou Certidão Unificada Positiva com efeito negativo de Tributos Federais e Previdenciários, conforme Portaria 358 de 5 de setembro de 2014;
- 3.3.8.** Certidão Negativa de falência ou concordatas, passadas pelos distribuidores judiciais da sede da empresa, ou de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa jurídica;
- 3.3.9.** Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 3.3.10.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, expedida pela Justiça do Trabalho;
- 3.3.11.** Alvará de Licença Municipal ou Comprovante de Inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, com atividade compatível com o objeto da contratação;
- 3.3.12.** Comprovante de que a licitante não sofreu sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública (CEIS) em vigor, disponível no site <http://certidoes.cgu.gov.br/>
- 3.3.13.** Registro no Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV) da Empresa licitante e dos profissionais da empresa, responsáveis pelo serviço a ser prestado;
- 3.3.14.** Alvará de Localização e Funcionamento;
- 3.3.15.** Alvará Sanitário;
- 3.3.16.** Certificado de Regularidade da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária.
- 3.3.17.** Registro do Responsável Técnico médico veterinário, pela Clínica Veterinária no respectivo Conselho Profissional;
- 3.3.18.** Comprovação de vínculo profissional (trabalhista, societário, contrato de prestação de serviços) entre o Responsável Técnico pela execução dos serviços e a Empresa a ser credenciada;

3.3.19. Requerimento para credenciamento, conforme modelo contido no Anexo I;

3.3.20. Declaração Conjunta – Anexo II;

3.3.18.4. Termo de aceitação de preços baseado no Anexo IV;

3.4. Não poderão participar as pessoas jurídicas:

3.4.1. Concorratórias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.4.2. Que tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

3.4.3. Sócio ou acionista da pessoa jurídica que ao mesmo tempo seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade CREDENCIANTE ou responsável pela licitação.

3.4.4. Que estejam reunidas em consórcio, que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

4. DO PESSOAL DA CREDENCIADA

4.1. São de responsabilidade exclusiva e integral dos credenciados, a utilização de pessoal, estrutura física e equipamentos para realização dos serviços, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício.

5. DO PROCESSO DE CHAMAMENTO

5.1. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no Edital de Credenciamento será julgado habilitado e, portanto, credenciado no órgão ou entidade CREDENCIANTE, encontrando-se apto a prestar os serviços aos quais se candidatou. O termo de credenciamento de prestação de serviços com as empresas consideradas habilitadas será de acordo com o Anexo III deste Edital.

5.2. Caberá recurso, sem efeito suspensivo, nos casos de habilitação ou inabilitação, no prazo de 3 (três) dias úteis.

5.2.1. Os recursos serão recebidos no mesmo local da entrega da documentação do credenciamento e serão dirigidos à autoridade máxima do órgão ou entidade CREDENCIANTE por intermédio da Comissão, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.

5.2.2. A autoridade superior, após receber o recurso e a informação da Comissão, proferirá, também no prazo de 3 (três) dias úteis, a sua decisão.

5.3. A critério da autoridade máxima do órgão ou da entidade CREDENCIANTE poderá ser encaminhado correspondência aos prestadores de serviço em potencial, que gozem de boa reputação profissional, para que promovam o seu credenciamento.

5.4. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do órgão ou entidade CREDENCIANTE em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o órgão ou entidade CREDENCIANTE poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

5.5. A respectiva proposta da interessada, não assegura direito à contratação, bem como a realização da contratação não assegura qualquer direito à realização dos serviços, considerando que os acolhimentos serão efetivados junto à credenciada atendendo à demanda existente e a situações de acolhimentos que ocorrerem durante a vigência do edital, verificada a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e seguindo os critérios para ocupação das vagas de acolhimento definidos neste edital.

5.6. O Município, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, realizará acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de avaliações periódicas, visitas, auditorias, comunicações escritas, sendo as intercorrências registradas em relatórios anexados à documentação do credenciado.

5.7. O Município reserva-se no direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução dos serviços, mediante pagamento único e exclusivo daqueles já executados e devidamente atestados pelo departamento competente.

6. DA MANUTENÇÃO DO CREDENCIAMENTO

6.1. Durante a vigência do credenciamento é obrigatório que o credenciado mantenha regularizada todas as condições de habilitação e que informe toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Expedido o Termo de Homologação emitido pelo órgão ou entidade CREDENCIANTE, dar-se-á início ao processo de contratação através da emissão da ordem de serviço ou instrumento contratual

equivalente.

7.2. A seleção dentre as empresas credenciadas de qual prestará o acolhimento dar-se-á considerando o desejo dos beneficiários.

7.3. A contratação decorrente do credenciamento obedecerá às regras da Lei Federal nº 14.133/21 e os termos da minuta do instrumento contratual/ordem de serviço, anexa ao respectivo Edital.

7.4. A Administração convocará o credenciado, em um prazo de até 5 (cinco) dias a partir da homologação do credenciamento, para assinar ou retirar o instrumento contratual, dentro das condições estabelecidas na legislação e no edital, para dar início à execução do serviço, sob pena de decair o direito à contratação.

7.4.1. A duração do termo de credenciamento (contrato) será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, nos termos do artigo 107, da Lei nº 14.133/21.

7.4.2. Em caso de prorrogação, os valores poderão ser reajustados anualmente pela variação do IPCA dos últimos 12 meses.

7.5. O credenciado contratado deverá indicar e manter preposto, aceito pelo órgão ou entidade CREDENCIANTE, para representá-lo na execução do contrato.

7.6. O instrumento contratual deverá ser assinado pelo representante legal do credenciado, e observará a minuta contemplada no Edital de Credenciamento.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas da presente contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

1301 3390 3900 0000 2176 (552)

9. DAS PENALIDADES

9.1. O não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual ou documento congênere ou a sua inexecução parcial ou total, poderá ensejar na aplicação de penalidade financeira e rescisão contratual, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

9.1.1. O credenciado/contratado ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pelo órgão ou entidade CREDENCIANTE, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa moratória e/ou indenizatória, de acordo com os valores ou percentuais incidentes sobre

o valor do serviço;

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município de Água Santa, através de seus órgãos e entes, pelo prazo de até dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

9.1.2. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado do pagamento eventualmente devido pelo órgão quantidade CREDENCIANTE ao credenciado/prestador do serviço ou, ainda, cobrado judicialmente através de executivo fiscal.

9.1.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 9.1.1 podem ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

9.1.4. As penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do item 9.1.1 deste item também poderão ser aplicadas ao credenciado/prestador do serviço, conforme o caso, que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Município de Água Santa, através de seus órgãos ou entes.

9.1.5. As penalidades previstas em instrumento contratual ou editalício são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.

9.1.6. Além dos motivos previstos em lei poderão ensejar a rescisão do contrato de prestação de serviço:

I. alteração social, contratual ou modificação de finalidade ou estrutura que, a juízo da CREDENCIANTE, prejudique o cumprimento do contrato;

II. envolvimento do contratado, por qualquer meio, em protesto de títulos, execução fiscal e emissão de cheques sem a suficiente provisão de fundos ou qualquer outro fato que desabone ou comprometam a sua capacidade econômico-financeira ou caracterize a sua insolvência.

III. violar o sigilo das informações recebidas para a realização dos serviços;

IV. utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso, por força de suas atribuições contratuais e outras que contrariarem as condições estabelecidas pelo órgão ou entidade CREDENCIANTE;

V. venha a ser declarado inidôneo ou punido com proibição de licitar com qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal;

VI. na hipótese de ser anulado o credenciamento, a adjudicação e a contratação, em virtude de

ferimento a qualquer dispositivo legal ou normativo ou ainda por força de decisão judicial.

VII. o desempenho insatisfatório na execução do serviço contratado.

9.1.7. Caberá pedido de reconsideração, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação do ato de rescisão do contrato, à autoridade máxima do órgão ou entidade CREDENCIANTE, salvo quando for decorrente descumprimento de ordem judicial.

9.1.8. A multa prevista no item 9.1.1, letra b, desta cláusula, corresponde a 20% (vinte por cento) do valor estipulado para a utilização da vaga, por infração de qualquer cláusula ou condição deste contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação referente a licitações e contratos administrativos, assegurado o direito à defesa.

9.1.9. O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pelo CREDENCIANTE ao CONTRATADO.

10. OBRIGAÇÕES DAS CREDENCIADAS

10.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de que trata o presente edital;

10.2. Facultar à Equipe Técnica do Município, a fiscalização in loco dos serviços, a qualquer tempo, devendo fornecer, quando solicitado, elementos necessários à avaliação dos serviços, bem como dados estatísticos e demonstrativos de custos;

10.3. Enviar mensalmente, juntamente com a nota fiscal/fatura os relatórios de atividades e ações desenvolvidas com os beneficiários;

10.4. Informar a Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente qualquer situação alheia aos serviços;

10.5. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais aplicáveis.

10.6. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão de obra especializada, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como: trabalhistas, sociais, tributárias, previdenciárias, fundiárias, normas técnicas e demais, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionada;

10.7. Notificar o Município, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso tenha interesse em se descredenciar, sob pena de incidência de sanções administrativas prevista no edital, independente das sanções civis na forma da lei.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

11.1. Verificar previamente, através de contato telefônico ou e-mail junto à credenciada, informações a respeito da existência da vaga para o acolhimento a ser encaminhado;

11.2. Efetuar o pagamento mensal à instituição nas quantidades e valores dos acolhimentos que forem efetivamente realizados;

11.3. Acompanhar, fiscalizar in loco e avaliar a execução dos serviços.

12. RECURSOS

12.1. De decisão relativa ao credenciamento ou descredenciamento caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, que deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal e protocolizado durante o horário de expediente da Administração.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A critério da Administração Pública Municipal, o presente chamamento público poderá ser:

- a) revogado, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- b) anulado, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.2. A Administração e/ou Comissão poderá, em qualquer fase, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento.

13.3. A CREDENCIADA é responsável pela fidedignidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

13.4. O credenciamento não estabelece qualquer obrigação do órgão ou entidade CREDENCIANTE em efetivar a contratação do serviço, face à sua precariedade e, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou o órgão ou entidade CREDENCIANTE poderá denunciar o credenciamento, inclusive quando for constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas no Edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

13.5. Outras informações sobre o presente procedimento e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidas junto à Prefeitura de Água Santa, Av. Dário Roman, nº 695, centro, telefone (54) 3348-1080 (Setor de Licitações).

13.6. Os anexos fazem parte do edital independentemente de transcrição, em especial a Minuta de Contrato.

Água Santa-RS, 11 de Julho de 2025.

Juliano Favretto
Prefeito Municipal

Este edital se encontra examinado e
aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em ____-____-____.

ELIANE RODRIGUES CORREA
OAB/RS

ANEXO I

REQUERIMENTO E PROPOSTA AO CREDENCIAMENTO

À Prefeitura de Água Santa – RS / Comissão de Licitações

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____ Cidade: _____ CEP _____

Estado: _____ Telefone(s): _____

E-mail: _____

Representante legal: _____

CPF: _____ RG: _____

O interessado acima qualificado requer sua inscrição no Credenciamento para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CASTRAÇÃO DE CÃES FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM E CASTRAÇÃO DE FELINOS FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM**, nos termos do Chamamento Público para Credenciamento N°01/2025.

Declara-se, desde já, que os serviços serão prestados em conformidade com a legislação e normativas pertinentes, conforme especificado abaixo:

Item	Descrição	Un	Unitário
01	CASTRAÇÃO DE CÃES (FÊMEAS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Ovariosalpingohisterectomia (OSH) em cães (fêmeas), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária).	UN	R\$ 351,15
02	CASTRAÇÃO DE CÃES (MACHOS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Orquiectomia em cães (Machos), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária).	UN	R\$ 248,98

03	CASTRACÃO DE FELINOS (FÊMEAS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Ovariosalpingohisterectomia(OSH) em felinos (fêmeas), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária)		R\$ 244,16
04	CASTRACÃO DE FELINOS (MACHOS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Orquiectomia em felinos (Machos), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, e clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais necessários para a execução da mesma, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária).		R\$ 163,31

Local e Data

(assinatura do representante legal da empresa solicitante)

(ANEXO II)
DECLARAÇÃO CONJUNTA

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, Sr. (a) _____, portador(a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, para fins de habilitação no Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 01/2025:

- Que cumpre plenamente as exigências e requisitos de habilitação previstos em Edital, inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação neste certame;
- Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; **(No caso de não ser microempresa retirar este item)**
- Que no ano-calendário de realização da licitação, a microempresa ou a empresa de pequeno porte ainda não celebrou a ata de registro de preços e/ou contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; **(No caso de não ser Microempresa retirar este item)**
- Que a empresa se compromete a fornecer os EPIs necessários ao serviço e a manter vínculo trabalhista com seus contratados com carteira de trabalho assinada, dando garantia de todos os direitos trabalhistas;
- Que atende ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República;
- Que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei Federal 14.133/2021;

DATA, CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO III - MINUTA TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº -

O Município de Água Santa, Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 92.406.495/0001-71, com sede à Av. Dário Roman, nº 695, Centro, Cidade de Água Santa, RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **Juliano Favretto**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 1 0 4 1 7 1 6 0 0 1, CPF nº 563.002.040-49, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente de Município nos termos do edital de Credenciamento público nº 01/2025, e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ nº....., com sede na....., nº....., bairro....., na cidade de....., neste ato representada pelo Sr., brasileiro, (profissão), portador da carteira de identidade nº....., CPF nº, residente e domiciliado na rua....., nº....., bairro....., na cidade de....., doravante denominada CREDENCIADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇO

O presente termo tem por objeto o **CREDENCIAMENTO**, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CASTRAÇÃO DE CÃES FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM E CASTRAÇÃO DE FELINOS FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM**, a serem pagos mensalmente de acordo com a demanda, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição	Un	Unitário
01	CASTRAÇÃO DE CÃES (FÊMEAS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Ovariosalpingohisterectomia (OSH) em cães (fêmeas), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária).	UN	R\$ 351,15
02	CASTRAÇÃO DE CÃES (MACHOS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Orquiectomia em cães (Machos), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária).	UN	R\$ 248,98
03	CASTRAÇÃO DE FELINOS (FÊMEAS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Ovariosalpingohisterectomia(OSH) em felinos (fêmeas), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento,		R\$ 244,16

	correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária)		
04	CASTRACÃO DE FELINOS (MACHOS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Orquiectomia em felinos (Machos), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, e clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais necessários para a execução da mesma, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária).		R\$ 163,31

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Durante a vigência do credenciamento a contratada deverá:

- I. prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamaçõesse obriga a atender prontamente;
- II. Permitir o acesso dos servidores na sede da empresa quando solicitado peloMunicípio.
- III. Garantir a execução dos serviços durante a vigência do credenciamento.
- IV. Comunicar formalmente ao MUNICÍPIO com antecedência mínima de 30 (trinta) dias,os motivos de ordem técnica que impossibilitem a continuidade da prestação dos serviços, ou a eminência de fatos que possam prejudicar a perfeita continuidade doobjeto do presente Edital.
- V. A credenciada somente poderá realizar os serviços após a aprovação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RELAÇÃO JURÍDICA

A prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício nem exclusividade de colaboração entre o CREDENCIANTE e a CREDENCIADA.

Parágrafo Único - É de responsabilidade exclusiva e integral da CREDENCIADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CREDENCIANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES:

1 – Do Credenciante:

- I - Exercer a gestão e a fiscalização da execução do contrato por meio da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, através de seu Secretário, Valmor Cerezoli, pela Servidora Pública, Elis Cristina Biazus e pela Médica Veterinária Bruna Favretto de Souza, para serem as Fiscais do Contrato.

- II – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo;
- III - Realizar o pagamento de acordo com os serviços efetivamente prestados pelo credenciado/CREDENCIADA.

2 - Da Credenciada:

- I – Cumprir fielmente as obrigações definidas no contrato e no Edital de Credenciamento nº 01/2025, de forma que o objeto deverá ser executado de acordo com as exigências neles contidas;
- II – Arcar com todas as despesas relativas a materiais, mão-de-obra, equipamentos, impostos, taxas e emolumentos e leis sociais;
- III - Dispor de capacidade técnica para realização de todos os serviços previstos na Cláusula Primeira do contrato;
- IV – Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços;
- V – prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, durante a realização dos serviços;
- VI – Atender os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste contrato;
- VII – Apresentar, quando solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo todas as condições que ensejaram o Credenciamento, em especial, a regularidade de todas as condições de habilitação e, ainda, informar toda e qualquer alteração na documentação referente à sua habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal relacionadas às condições de credenciamento;
- VIII – Cumprir a legislação pertinente às relações que se estabeleçam com terceiros, eximindo-se o Município de quaisquer responsabilidades decorrentes deste instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE

A CREDENCIADA é responsável pela indenização de dano causado ao animal, ao CREDENCIANTE e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado a CREDENCIADA o direito de regresso.

§ 1º A fiscalização ou o acompanhamento da execução por parte do Município não exclui nem reduz a responsabilidade da CREDENCIADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11.09.90

(Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA SEXTA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor estipulado neste contrato será pago da seguinte forma:

I – A CREDENCIADA apresentará mensalmente à CREDENCIANTE, até o 3º (terceiro) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a fatura referente aos serviços efetivamente prestados;

II – O CREDENCIANTE, depositará na conta da CREDENCIADA até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços;

III – As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados contendo incorreções, serão devolvidas a CREDENCIADA para correção, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser reapresentadas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução.

Parágrafo Único - O pagamento está condicionado a validade das Certidões Negativas de Débito do INSS, da Fazenda Federal, da Fazenda Estadual e do Certificado de Regularidade do FGTS, devendo os respectivos documentos acompanhar a Nota Fiscal dos Serviços e, ainda, condicionado a regularidade com Fazenda Municipal.

Ao emitir a Nota Fiscal a fornecedora deverá observar a retenção do Imposto de Renda (IR) de acordo com o que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1234 de 2012, Leinº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e do Decreto Municipal nº 5072 de 15 de julho de 2022.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRORROGAÇÃO E REAJUSTE DO PREÇO

O presente termo de credenciamento poderá ser prorrogado, até o limite de 120 meses, nos termos do artigo 107, da Lei nº 14.133/21, sendo que os valores definidos na cláusula primeira poderão ser reajustados anualmente pela variação do IPCA dos últimos 12 meses.

CLÁUSULA NONA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO, VISTORIA E FISCALIZAÇÃO

A execução do presente contrato será avaliada pelos órgãos competentes do CREDENCIANTE, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

A gestão do contrato ficará a cargo do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Valmor Cerezoli e a fiscalização será feita pela Servidora Pública Elis Cristina Biazus e pela Médica Veterinária Bruna Favretto de Souza.

§ 1º - O CREDENCIANTE poderá, a seu critério, proceder à avaliação do desempenho do

credenciado, que será dela informado.

§ 2º - Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

§ 3º - Anualmente, com antecedência mínima de trinta (30) dias da data do término deste instrumento, se for do interesse das partes a sua prorrogação, o CREDENCIANTE vistoriará as instalações da CREDENCIADA para verificar se persistem as mesmas condições básicas originais, comprovadas por ocasião da assinatura deste credenciamento.

§ 4º - Verificado o desempenho insatisfatório, o credenciado contratado será notificado e deverá apresentar justificativa formal no prazo de 2 (dois) dias úteis.

§ 5º - O desempenho insatisfatório na avaliação poderá implicar na restrição ou alteração do pagamento do serviço realizado, assim como na rescisão do contrato e aplicação das penalidades previstas neste Regulamento.

§ 6º - A fiscalização exercida pelo CREDENCIANTE sobre os serviços ora contratados, não eximirá a CREDENCIADA da sua plena responsabilidade perante o CREDENCIANTE ou para com os pacientes e terceiros decorrente de culpa ou dolo na execução do contrato.

§ 7º - A CREDENCIADA facilitará ao CREDENCIANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CREDENCIANTE designados para tal fim.

§ 9º - Em qualquer hipótese é assegurado a CREDENCIADA amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais da lei federal de licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

O não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições pactuadas no instrumento contratual ou documento congênere ou a sua inexecução parcial ou total, poderá ensejar na aplicação de penalidade financeira e rescisão contratual, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

§ 1º. A credenciada/CREDENCIADA ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pelo órgão ou entidade CREDENCIANTE, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa moratória e/ou indenizatória, de acordo com os valores ou percentuais incidentes sobre o valor do serviço;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o

Município de Tapejara, através de seus órgãos e entes, pelo prazo de até dois anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 2º. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado do pagamento eventualmente devido pelo órgão quantidade CREDENCIANTE a credenciado/prestador do serviço ou, ainda, cobrado judicialmente através de executivo fiscal.

§ 3º. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do § 1º deste artigo podem ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

§ 4º. As penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do § 1º deste item também poderão ser aplicadas ao credenciado/prestador do serviço, conforme o caso, que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com o Município de Água Santa, através de seus órgãos ou entes.

§ 5º. As penalidades previstas em instrumento contratual ou editalício são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.

§ 6º. O valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pelo CREDENCIANTE a CREDENCIADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das penalidades cominadas na Cláusula Décima Primeira.

§ 1º - A CREDENCIADA reconhece desde já os direitos do CREDENCIANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 2º - Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, de imediato. Se neste prazo a CREDENCIADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

§ 3º - O presente contrato rescinde todos os demais ajustes anteriormente celebrados entre o CREDENCIANTE e a CREDENCIADA, que tenham como objeto a prestação de serviços de assistência à saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de aplicação de penalidade prevista neste contrato, ou de sua rescisão, praticados pelo CREDENCIANTE, cabe recurso no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 1º - Da decisão do CREDENCIANTE em rescindir o presente contrato, cabe a CREDENCIADA o direito de pedir reconsideração, no prazo de cinco (5) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 2º - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do § 1º, o CREDENCIANTE deverá manifestar-se no prazo de quinze (15) dias úteis e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Este credenciamento tem suas despesas custeadas pela dotação orçamentária:

1301 3390 3900 0000 2176 (552)

Parágrafo único. Nos exercícios financeiros futuros, as despesas correrão à conta das dotações próprias que forem aprovadas para os mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

A duração do presente credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/21.

§ 1º. O Termo Aditivo de Prorrogação Contratual, de celebração obrigatória, será acompanhado do Termo de Vistoria e farão parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente contrato será objeto de Termo Aditivo, na formada legislação referente a licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de TAPEJARA/RS, com exclusão de qualquer outro para dirimir questões oriundas do presente termo de credenciamento que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em quatro 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Água Santa-RS, de de

Município de Água Santa

Clinica Credenciada

Valmor Cerezoli
Fiscal do Contrato

Elis Cristina Biazus
Fiscal do Contrato

Bruna Favretto de Souza
Médica Veterinária

Testemunhas:

.....

Nome:

CPF:

.....

Nome:

CPF:

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE PREÇOS:

CREDENCIAMENTO Nº 01/2025 para: - CASTRAÇÃO DE CÃES FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM E CASTRAÇÃO DE FELINOS FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM

RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CIDADE E ESTADO:

CNPJ:

FONE:

Pela presente, assumimos o compromisso de CASTRAÇÃO DE CÃES FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM E CASTRAÇÃO DE FELINOS FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM objeto do Chamamento Público para Credenciamento nº 01/2025 ao preço indicado a seguir, que será referência para o cálculo do valor devido, pelo prazo emque vigorar o credenciamento:

DOS PREÇOS:

Item	Descrição	Un	Unitário
01	CASTRAÇÃO DE CÃES (FÊMEAS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Ovariosalpingohisterectomia (OSH) em cães (fêmeas), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária).	UN	R\$ 351,15
02	CASTRAÇÃO DE CÃES (MACHOS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Orquiectomia em cães (Machos), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária).	UN	R\$ 248,98
03	CASTRAÇÃO DE FELINOS (FÊMEAS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Ovariosalpingohisterectomia(OSH) em felinos (fêmeas), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária)	UN	R\$ 244,16

04	CASTRACÃO DE FELINOS (MACHOS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Orquiectomia em felinos (Machos), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, e clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais necessários para a execução da mesma, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária).	UN	R\$ 163,31
----	--	----	------------

- 1- Todos os serviços atendidos dentro das técnicas de Medicina Veterinária.
- 2- Todo o Material, equipamentos e pessoal, bem como custos para execução dos serviços correrão por conta da licitante (Clínica Veterinária).
- 3- Salienta-se que no serviço deverá estar incluso todo o material, medicamentos e demais objetos necessários para a realização dos serviços, pré-operatório, operatório e pós-operatório. OBS: Entende-se por pós-operatório o período de 24 horas após a internação para o procedimento cirúrgico, salvo quando houver indicação clínica que impeça o retorno do animal para a casa, o que prolongará a internação, sem que disso decorra qualquer custo adicional.
- 4- A prestação dos serviços pela contratada fica condicionada a previa e escrita autorização da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
- 5- Se a contratada não for do Município de Água Santa – RS, compete ao mesmo o custo com transporte dos animais, prévio e posterior ao ato cirúrgico, sem disso decorra qualquer custo adicional ao Município de Água Santa – RS.
- 5- O fornecimento dos Microchips a serem aplicados será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
- 6- A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Água Santa designa o Secretário Municipal Valmor Cerezoli, a Servidora Pública Elis Cristina Biazus e a Médica Veterinária Bruna Favretto de Souza, para serem Fiscais do Contrato.
- 7- Nos valores registrados estão inclusos os custos de materiais e serviços para prestação de serviços cirúrgicos de estabelecimento médico veterinário, com profissional e estabelecimento registrados no CRMV, para castração em animais de pequeno porte com anestesia injetável e marca de identificação específica com a letra “C” na orelha dos animais sem dono.

11 – Data de entrega da Proposta: ____ / ____ / 2025.

Entrega em condições conforme definido no edital e anexos.

DATA, CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

ANEXO VI – TERMO DE REFERENCIA

1. Objeto

1.1 Constitui objeto do presente processo o Chamamento Público para Credenciamento de Pessoas Jurídicas para CASTRAÇÃO DE CÃES FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM E CASTRAÇÃO DE FELINOS FEMEAS E MACHOS E MICROCHIPAGEM.

2. Justificativa

2.1 No Brasil, o que vemos diariamente nas ruas é um descaso com a vida dos animais, onde milhares deles estão sujeitos ao abandono por parte de seus donos e do Poder Público. O objetivo do projeto é a castração para fins e controle populacional de caes e gatos. Outro escopo do projeto, não menos importante é conscientizar a população sobre a guarda responsável, controle de zoonoses e saúde pública. É sabido que a saúde humana está diretamente relacionada à saúde animal. O aumento da população de animais domesticos nas residencias amplia o risco de contágio das zoonoses, doenças transmissíveis dos animais aos homens e vice-versa. A esterilização de animais tem como escopo a diminuição dos animais errantes, cujas crias indesejadas são diariamente abandonadas nos logradouros e se tornam um problema de ordem pública. A população deve ser conscientizada da necessidade de se esterilizar os animais, ainda que domiciliados, para que se ponha fim à cruel e criminosa prática do abandono de filhotes indesejados, que contribui para o aumento de animais de rua e a sua consequente exposição a maus-tratos, que tipifica a conduta como crime ambiental. Não há como negar que a superpopulação de animais, consequencia da procriação desordenada é consequencia da ineficaz política de saúde pública, bem como da omissão do Poder Público que não cumpre sua obrigação constitucional de promover a educação ambiental e a conscientização da população para a preservação do ambiente, consoante no artigo 225, §1º, inciso VI da CF.

3. Do valor e Pagamento

Item	Descrição	Un	Unitário
01	CASTRAÇÃO DE CÃES (FÊMEAS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Ovariosalpingohisterectomia (OSH) em cães (fêmeas), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária).	UN	R\$ 351,15
02	CASTRAÇÃO DE CÃES (MACHOS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Orquiectomia em cães (Machos), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária).	UN	R\$ 248,98
03	CASTRAÇÃO DE FELINOS (FÊMEAS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Ovariosalpingohisterectomia(OSH) em felinos (fêmeas), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos	UN	R\$ 244,16

	pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária)		
04	CASTRACÃO DE FELINOS (MACHOS) E MICROCHIPAGEM (MICROCHIPS FORNECIDOS PELA SECRETARIA DA AGRICULTURA). Especificação do serviço: Orquiectomia em felinos (Machos), todos os serviços atendidos dentro das técnicas de medicina veterinária, e clínica registrada no CRMV-RS e ART em vigência, todos os materiais necessários para a execução da mesma, equipamentos e pessoal, bem como custos para a execução dos serviços, anestésicos e medicamentos pré e pós operatório e retorno para retirada de sutura após procedimento, correrão por conta da Licitante (Clínica Veterinária).	UN	R\$ 163,31

3.1 O valor a ser pago pelos serviços foi estipulado baseado em valores de contratos formalizados em Municípios próximos dentro dos últimos 12 meses, bem como, com o termo de credenciamento que estava vigente até então no Município de Água Santa.

3.2 O Pagamento será feito mensalmente, com recursos próprios do Município.

4. Cadastramento dos Animais e Agendamento

4.1 Todos os animais deverão ser atendidos dentro das técnicas de Medicina Veterinária.

4.2 Todo o Material, equipamentos e pessoal, bem como custos para execução dos serviços correrão por conta da licitante (Clínica Veterinária).

4.3 Salienta-se que no serviço deverá estar incluso todo o material, medicamentos e demais objetos necessários para a realização dos serviços, pré-operatório, operatório e pós-operatório. OBS: Entende-se por pós-operatório o período de 24 horas após a internação para o procedimento cirúrgico, salvo quando houver indicação clínica que impeça o retorno do animal para a casa, o que prolongará a internação, sem que disso decorra qualquer custo adicional.

4.4 Se a contratada não for do Município de Água Santa – RS, compete ao mesmo o custo com transporte dos animais, prévio e posterior ao ato cirúrgico, sem que disso decorra qualquer custo adicional ao Município de Água Santa – RS.

4.5 A prestação dos serviços pela contratada fica condicionada a previa e escrita autorização da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

4.6 Se a contratada não for do Município de Água Santa – RS, compete ao mesmo o custo com transporte dos animais, prévio e posterior ao ato cirúrgico, sem disso decorra qualquer custo adicional ao Município de Água Santa – RS.

4.7 O fornecimento dos Microchips a serem aplicados será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

4.8 A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente designa a Servidora Pública, Elis Cristina Biazus e a Médica Veterinária, Bruna Favretto de Souza como fiscais do contrato e o

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Valmor Cerezoli será o gestor do Contrato.

4.9 Nos valores registrados estão inclusos os custos de materiais e serviços para prestação de serviços cirúrgicos de estabelecimento médico veterinário, com profissional e estabelecimento registrados no CRMV, para castração em animais de pequeno porte com anestesia injetável e marca de identificação específica com a letra “C” na orelha dos animais sem dono.

4.10 As castrações serão realizadas na clínica da sede da licitante (matriz ou filiais), conforme autorização da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, mediante aviso prévio e de acordo com a necessidade do município. Os beneficiários serão responsáveis pelo cadastro do animal junto à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, onde receberão autorização para que, no prazo de 15 (quinze) dias efetuem o agendamento da castração junto ao CREDENCIADO, a definir pelo beneficiário. Passados 15 (quinze) dias da data da autorização e o beneficiário não tendo realizado o agendamento junto à CREDENCIADA, a autorização perderá a validade.

OBS.: Será encaminhado para a clínica veterinária o termo de autorização e o cadastro onde o Médico Veterinário irá preencher, anexar foto do animal (colorida) e nº do microchip. No final de cada mês o Médico Veterinário deverá entregar, juntamente com a nota fiscal, os cadastros de identificação do animal e a autorização, devidamente assinados e datados.

5. Da Convocação

5.1 Serão considerados habilitados todos aqueles que atenderem as condições exigidas no Edital de Chamamento Público para Credenciamento nº 01/2025, sendo que o efetivo credenciamento somente ocorrerá quando da convocação para firmar o Termo de Credenciamento, com assinatura das partes.

Juliano Favretto

Prefeito Municipal de Água Santa – RS